

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1339

O RITMO DE QUEDA NA DESIGUALDADE NO BRASIL É ADEQUADO? EVIDÊNCIAS DO CONTEXTO HISTÓRICO E INTERNACIONAL

Sergei Suarez Dillon Soares

Brasília, maio de 2008

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1339

O RITMO DE QUEDA NA DESIGUALDADE NO BRASIL É ADEQUADO? EVIDÊNCIAS DO CONTEXTO HISTÓRICO E INTERNACIONAL*

Sergei Suarez Dillon Soares**

Brasília, maio de 2008

* O autor agradece os comentários extremamente úteis de Ana Flávia Machado, Fernando Gaiger, Miguel Foguel e Rafael Osório, que permitiram considerável aprimoramento do texto. Como de praxe, assumo todos os eventuais erros remanescentes.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea.

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário
de Assuntos Estratégicos** – Roberto Mangabeira Unger

**Núcleo de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República**

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL D31; N30

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO – A QUEDA NA DESIGUALDADE É OU NÃO SUBSTANCIAL?	7
2 OS DADOS BRASILEIROS	8
3 A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE NO SÉCULO PASSADO NOS PAÍSES DA OCDE	9
4 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	13
5 CONCLUSÃO	16
REFERÊNCIAS	17

SINOPSE

Este texto utiliza duas abordagens para responder se o ritmo de queda da desigualdade no Brasil está adequado ou não. A primeira é comparar o ritmo de queda no coeficiente de Gini no Brasil com a queda no mesmo indicador em alguns países hoje pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – Espanha, Estados Unidos, França, Noruega, Países Baixos, Reino Unido e Suécia–, enquanto os mesmos construam seus estados de bem-estar social durante o século passado. A segunda é calcular por quanto tempo o Brasil deverá manter o mesmo ritmo de queda para alcançar os níveis de desigualdade hoje observados em alguns países da OCDE que podem servir como referência: o Canadá, os Estados Unidos e o México.

Os dados indicam que o ritmo de queda da desigualdade no Brasil de 0,7 ponto de Gini ao ano é superior ao ritmo que todos os países analisados seguiram enquanto construam seus estados de bem-estar social, salvo a Espanha, cujo ritmo foi um pouco superior (0,9 ponto ao ano). Por seu turno, as distâncias que nos separam dos países-referência escolhidos são seis anos para o México, 12 para os Estados Unidos, e 24 anos para o Canadá.

A conclusão geral do estudo é que o ritmo de queda na desigualdade é adequado, mas que o desafio será manter este ritmo por várias décadas para alcançar o nível de desigualdade, por exemplo, do Canadá.

ABSTRACT

The following study uses two approaches to judge whether inequality in Brazil is falling fast enough. The first is to compare the variation of the Gini coefficient in Brazil with what was observed in several countries that today belong to the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) – France, Netherlands, Norway, Spain, Sweden, United Kingdom, and United States – while they built their social welfare systems during the last century. The second approach is to calculate for how long Brazil must keep up the fall in the Gini coefficient to attain the same levels of inequality of three OECD countries that can be used as a reference: Canada, Mexico, and the United States.

The data indicate that the Gini coefficient in Brazil is falling 0.7 point per year and that this is superior to the rhythm of all the OECD countries analyzed while they built their welfare systems but Spain, whose Gini fell 0.9 point per year during the 1950s. The time needed to attain various benchmarks in inequality are: six years to Mexico, twelve to the United States and 24 to Canadian inequality levels.

The general conclusion is that the speed with which inequality is falling is adequate, but the challenge will be to keep inequality falling at the same rate for another two or three decades.

1 INTRODUÇÃO

A QUEDA NA DESIGUALDADE É OU NÃO SUBSTANCIAL?

A recente queda na desigualdade no Brasil tem sido exaustivamente documentada em diversas publicações nos últimos dois anos. Talvez por vir de modo um tanto surpreendente após décadas de estabilidade inaceitável dos índices de desigualdade em níveis muito altos, talvez por estar ligada a políticas de transferências de renda identificadas com o atual governo, o debate tem sido amplo e bastante incisivo. Estudos sobre a queda na desigualdade foram feitos por Rodolfo Hoffmann (2006) na Unicamp, por Francisco Ferreira, Phillippe Leite e Julie Litchfield (2006) no Banco Mundial, e por Marcelo Neri (2006) na Fundação Getúlio Vargas. Uma edição especial da revista *Econômica* (junho de 2006) foi dedicada ao tema. No Ipea, conhecido por abrigar estudiosos sobre a matéria há muitos anos, foram publicados duas notas técnicas, 11 textos para discussão e um livro em dois volumes acerca da temática.

A vedete da queda, o impacto sobre a desigualdade dos programas de transferência de renda, foi analisado por Rodolfo Hoffmann (2006), Sergei Soares (2006), Fabio Soares, Sergei Soares, Marcelo Medeiros e Rafael Osório (2006), e por Ricardo Paes de Barros, Mirela Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça na referida edição especial do periódico *Econômica*, além da nota técnica do Ipea. As mudanças no perfil educacional da população ocupada foram objeto de estudos de Miguel Foguel e João Pedro Azevedo (2006) e Ricardo Paes de Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça (2007). A relevância dos preços relativos foi estudada por Marcelo Neri (2006) e Sergei Soares e Rafael Osório (2007). As mudanças na estrutura demográfica e a relação que estas mantêm com a queda na desigualdade foi analisada por Simone Wajnman, Cássio Turra e Cíntia Agostinho (2007). Finalmente, a importância preponderante do mercado de trabalho foi analisada por Gabriel Ulyssea (2007). Em suma, embora ainda haja mais perguntas que respostas sobre por que a desigualdade no Brasil encontra-se em queda, há algumas dezenas de estudos sobre as razões que levaram a esta redução.

No bojo dessa extensa produção sobre o tema, uma pergunta tem dividido os estudiosos: “Quão relevante é a queda na desigualdade no Brasil?” Se é pouco relevante – seja porque não é estatisticamente significativa, seja porque as pesquisas domiciliares a sobreestimam, ou simplesmente porque o ritmo de queda até agora tem sido lento –, então alguns destes estudiosos podem estar fazendo tempestade em copo d’água. Caso contrário, justificam-se a atenção dada à matéria e o tom predominantemente otimista em grande parte da literatura recente.

Não há dúvida sobre o fato da desigualdade, tal como medida pelas pesquisas domiciliares, ter caído de modo estatisticamente significativo, como atesta João Pedro Azevedo (2007). Os cálculos foram feitos e a queda é significativa. Trata-se de um problema resolvido.

Há menos consenso sobre o grau de submensuração das pesquisas domiciliares, uma vez que estas, por razões amostrais e de questionário, não medem rendas muito elevadas, principalmente as rendas do capital. Ricardo Paes de Barros, Samir Cury e Gabriel Ulyssea (2007), comparando resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e das Contas Nacionais, todas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), argumentam

que esta subestimação é pequena e relativamente constante no tempo. Cláudio Dedecca (2007) e Cláudio Salm (2007), contudo, argumentam que a subestimação é grande e pode estar aumentando devido à redução da remuneração do fator trabalho nas Contas Nacionais. Uma vez que a única fonte de dados sobre altas rendas, os dados da Receita Federal, é sigilosa, trata-se de uma questão ainda em aberto.

Outra pergunta, tão relevante quanto a possível subestimação das altas rendas do capital, é se o ritmo de queda no índice de Gini é ou não adequado. Afinal, entre 2001 e 2006 houve uma queda de 3,45 pontos de Gini (x100) na desigualdade, o que equivale a menos que 6% da nossa desigualdade inicial. Isto é suficiente? Cláudio Salm (2007), entre outros, toma a posição de que não o é.

O objetivo deste trabalho é dar elementos de resposta a esta última pergunta, mediante comparações históricas e internacionais. Para tanto, serão feitas: *i*) comparações entre a atual queda na desigualdade no Brasil e as quedas na desigualdade dos países hoje integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) enquanto estes construam seus estados de bem-estar social; e *ii*) estimações da distância que nos separa hoje de alguns países que podem ser usados como referência. Espera-se que estas informações sirvam de subsídio para que se formule uma decisão tanto sobre se o ritmo de queda em torno de 3,45 pontos de Gini ao ano quanto o de quase 6% no coeficiente de Gini podem ou não ser considerados razoáveis e meritórios de comemoração.

2 OS DADOS BRASILEIROS

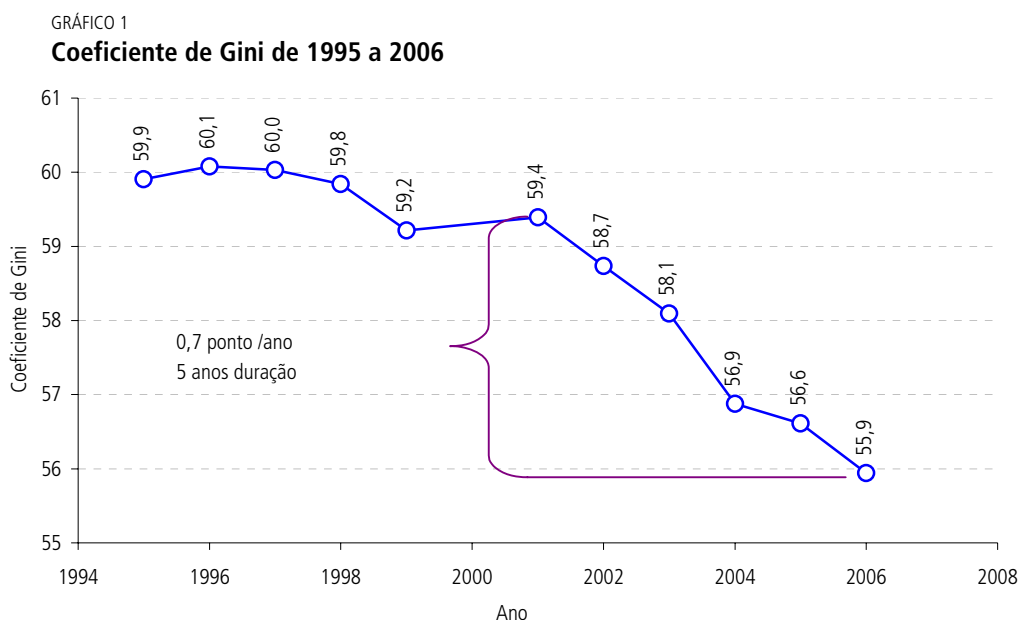
Outros estudos na extensa literatura supracitada analisam relações de dominância entre distribuições de renda e diversas medidas de desigualdade. Por isso, neste trabalho será usada uma única medida de desigualdade: o coeficiente de Gini. A principal razão disto é ser este indicador a medida mais usada tanto no Brasil como no restante do mundo, o que facilita a difícil tarefa de estabelecimento de comparações. A distribuição de renda usada será a que mais se aproxima da distribuição de bem-estar: a distribuição da renda domiciliar *per capita*, após impostos e transferências ou, na ausência destas, o que for mais próximo.

No Brasil, a Pnad é a única fonte sobre a distribuição de renda, tal como aqui definida, comparável ao longo do tempo. Fornece dados sobre uma distribuição de renda que é *quase* a que desejamos, mas não inteiramente: contabiliza as transferências, mas apenas uma parte dos impostos. Teoricamente, a pergunta da Pnad sobre renda é sobre renda bruta, embora existam evidências de que, de fato, as pessoas informem a renda líquida nas entrevistas. Esta pesquisa domiciliar certamente não contabiliza impostos diretos tais como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e os impostos indiretos, é claro, que não podem ser medidos sem a disponibilidade de informações sobre o consumo. O leitor atento perguntará por que não usar então a POF, que permitiria a contabilização de todas as omissões da Pnad. A razão é simples: enquanto há 31 Pnads cobrindo a quase totalidade do território nacional de 1974 a 2006, dispõe-se apenas de uma única POF, a de 2003, com abrangência nacional.¹

1. Em 1974 e em 1975, teve lugar o Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef/IBGE) cuja abrangência foi nacional. No entanto, seus respectivos microdados até hoje não foram disponibilizados pelo IBGE.

Apesar das limitações descritas, Paes de Barros, Cury e Ulyssea (2006) mostram que a renda tal como medida na Pnad aproxima-se muito daquela medida pela POF, mostrando-se substancialmente diferente apenas entre os mais pobres, que têm muita renda não-monetária, e os mais ricos, que têm muita renda do capital. Bernardo Campolina Diniz e seus co-autores (2007), em uma análise mais minuciosa, chegam a conclusões semelhantes: a renda medida na POF difere da renda da Pnad em 15%, e o coeficiente de Gini difere em 0,7%. Ou seja, a renda da Pnad aproxima-se bem da renda, medida de modo mais completo, na POF.

O gráfico 1 mostra a evolução do coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita*, conforme medida pela Pnad. Entre 2001 e 2006, houve uma queda de 3,45 pontos no coeficiente de Gini (x100) brasileiro, o que equivale a 0,7 ponto por ano no período. Isto equivale a uma redução de 5,8% na desigualdade durante os cinco anos, ou 1,1% ao ano. Isto é pouco ou é muito?



Fonte: Microdados da Pnad. Tabulação própria.

A primeira resposta advirá de comparações históricas com a queda no coeficiente de Gini dos países hoje pertencentes à OCDE durante o período em que montavam seus sistemas de bem-estar social. Embora as circunstâncias históricas sejam diferentes, não é descabido buscar orientação, nas experiências exitosas do passado, sobre como poderíamos estar prosseguindo hoje.

3 A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE NO SÉCULO PASSADO NOS PAÍSES DA OCDE

Encontrar dados adequados sobre distribuição de renda na primeira metade do século passado não é tarefa fácil. No início do século XX não havia, em nenhum país, pesquisas domiciliares confiáveis. Alguns países que hoje fazem parte da OCDE – mas não a maior parte – dispunham de dados tributários relativamente confiáveis. Ao longo do século que se seguiu, tanto dados tributários como domiciliares melhoraram

consideravelmente, e hoje quase todos aqueles países contam com fontes de boa qualidade. Atualmente é possível escolher registros tributários ou pesquisas domiciliares como fonte de dados; domicílio, domicílio fiscal ou indivíduo como unidade de análise; e distribuição de renda primária ou secundária. Mas para a primeira metade do século XX, ou até depois, resta-nos usar o que está disponível.

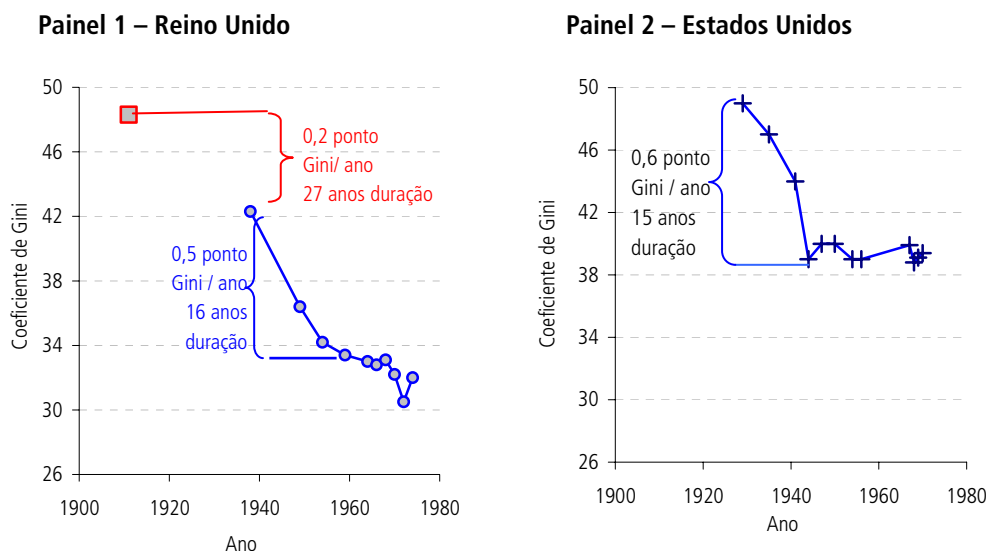
Os melhores dados se referem ao Reino Unido, no qual se encontram pesquisas domiciliares de abrangência nacional desde 1939. Nenhum outro país conta com boas pesquisas domiciliares tão antigas e comparáveis. Os dados ingleses advêm da *Survey of Personal Incomes*. Apesar de coletados por uma pesquisa domiciliar, as informações se referem à distribuição da renda *per capita* entre domicílios fiscais.²

Tal como nos dados brasileiros, as estimativas feitas a partir da *Survey of Personal Incomes* incluem transferências, mas apenas uma parte da tributação. Existem estimativas anteriores, as quais, contudo, não contam com tanta precisão, uma vez que são feitas a partir de levantamentos salariais, e não de pesquisas domiciliares. A melhor destas estimativas anteriores foi inserida no gráfico 2, apenas para ilustrar quão elevada era a desigualdade na Inglaterra do século XIX – talvez próxima à que se observa hoje no Brasil –, que, por sua vez, já vinha caindo desde antes de 1939.

Os Estados Unidos também contam com bons dados sobre a distribuição de renda de 1929 em diante, oriundos de dados fiscais com abrangência nacional, acrescidos de estimativas de rendimentos de domicílios que não declararam impostos feitas por Selma Goldsmith – citados por Peter Lindert (1997). A qualidade dos mesmos é considerada boa, e a metodologia coincide com os dados da *Current Population Survey* quando esta começou a ser levantada, a partir de 1947, com discrepância em geral a partir de terceira casa decimal. Mais uma vez, os dados se referem a domicílios fiscais, incluem transferências, mas deixam de fora boa parte da tributação.³

GRÁFICO 2

Coefficiente de Gini desde a primeira metade do século XX



Fonte: Lindert (1997).

2. O conceito de domicílio fiscal, apesar de ser próximo do conceito de domicílio, não é idêntico. Por exemplo: freqüentemente é útil para os cônjuges declararem imposto separadamente, embora isto fosse mais raro no período sob análise.
3. Mais detalhes sobre essas distribuições de renda se encontram no trabalho de Peter Lindert (1997).

Os dois painéis do gráfico 2 mostram dois fatos com clareza. Primeiro, que o ritmo de queda do coeficiente de Gini tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos, enquanto estes montavam seus sistemas de bem-estar social e reduziam seus níveis de desigualdade, foi inferior ao observado desde 2001 no Brasil. Enquanto nós reduzimos nosso Gini a 0,7 ponto/ano, o ritmo britânico no período de maior queda, de 1938 a 1954, foi de 0,5, e o americano, de 1929 a 1944, de 0,6.

Em segundo lugar, o gráfico evidencia que o ritmo foi mantido por muito tempo. No caso britânico, a despeito do período de queda mais rápido ser de apenas 16 anos, entre o máximo em 1911 e o mínimo em 1972 passaram-se 61 anos. Não se mudou a distribuição de renda da noite para o dia. A melhoria da distribuição de renda foi uma tarefa de décadas.

Finalmente, é interessante comparar a evolução no Reino Unido com a dos Estados Unidos. Os dois países começaram o período com coeficientes de Gini parecidos, próximos a 50. O ritmo de queda nos Estados Unidos de 1929 a 1944 foi superior ao ritmo britânico, mas o Reino Unido chegou aos anos 1960 com um coeficiente de Gini quase dez pontos inferior ao americano. A diferença entre os dois foi que, a partir de 1944, os Estados Unidos aparentemente “se deram por satisfeitos” com sua distribuição de renda e saíram da corrida. E a tartaruga inglesa passou a lebre americana.

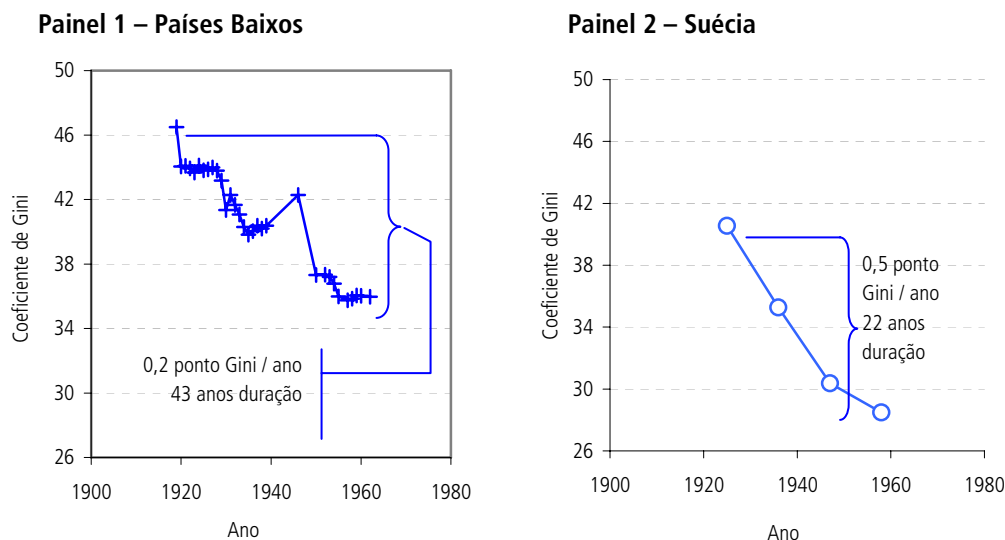
O que se pode dizer sobre outros países da OCDE? Nem os Estados Unidos nem o Reino Unido hoje são modelos de igualdade na distribuição de renda. Tanto os países da Europa continental como os da Europa do norte têm sistemas de bem-estar maiores e mais eficazes que os Estados Unidos ou Reino Unido. Como foi a queda da desigualdade nestes países?

O gráfico 3 mostra a queda na desigualdade na Suécia (Göteborg) e nos Países Baixos. Ambos os conjuntos de dados advêm exclusivamente de dados tributários, motivo pelo qual é possível haver alguma omissão dos domicílios mais pobres. Embora peculiaridades do sistema tributário holandês e, principalmente, do sueco façam com que o impacto desta omissão não seja tão forte,⁴ é possível que a inclusão tributária, no gráfico 3, subestime a queda na desigualdade nos Países Baixos e na Suécia. A unidade de análise é novamente o domicílio tributário. A diferença entre os dois conjuntos de dados é a definição de renda. A distribuição de renda holandesa, tal como a brasileira, inglesa e americana, inclui transferências, mas não impostos. Isto porque, a despeito dos dados brutos permitirem a contabilização dos impostos, os autores que levantaram as séries se interessavam mais pela renda bruta que pela líquida.

A distribuição de renda sueca é a aquela secundária de fato – i.e., inclui transferências, mas exclui todos os impostos. Trata-se da única série histórica que abrange a construção do Estado de Bem-Estar Social, e que efetivamente contempla a distribuição de bem-estar econômico, uma vez que leva em conta o pagamento de impostos diretos sobre a renda. Apesar de se restringirem apenas a uma cidade, os dados de Gustafsson e Johansson são os melhores que temos para qualquer país.

4. Para mais detalhes, ver Morrison (2000), e Gustafsson e Johansson (2003).

GRÁFICO 3

Coefficiente de Gini desde a primeira metade do século XX

Fonte: Morriison (2000).

Fonte: Gustafsson e Johansson (2003).

Mais uma vez, a mensagem do gráfico é clara: os ritmos de redução de 0,2 ponto de Gini ao ano na Holanda e 0,5 na Suécia ficam abaixo do 0,7 no Brasil, mas tanto na Holanda como na Suécia o esforço distributivo foi mantido por muito anos: 43 nos Países Baixos, e 33 na Suécia.

Por fim, é possível encontrar na literatura estudos feitos para vários países a partir de uma diversidade de fontes que contêm estimativas do coeficiente de Gini em pelo menos dois momentos no tempo. Morriison e Snyder (2000) estimam o coeficiente de Gini para a França em 1929 e 1979, mostrando uma queda de 50 anos de duração a 0,3 ponto ao ano. Em outro trabalho, Morriison (2000) faz uma metaanálise de trabalhos semelhantes, que, para a Noruega, cobre o período de interesse para este estudo. Finalmente, com base em pesquisas domiciliares, Espina (2000) expõe o maior ritmo de queda encontrado nesta pesquisa: 0,9 ponto ao ano de 1950 a 1960, na Espanha.

TABELA 1

Varição no coeficiente de Gini

Ano	Gini	Anos	Δ Gini	Taxa
França				
1929	42,7	50	12,6	0,3 Gini/ano
1979	30,1			
Noruega				
1938	43	25	14	0,6 Gini/ano
1949	32			
1963	29			
Espanha				
1950	54	10	9	0,9 Gini/ano
1960	45			

Fonte: Espina (2000).

A tabela 1 também deixa claro não haver dúvida de que nosso ritmo de redução do coeficiente de Gini de 0,7 ponto ao ano está adequado, se o critério de adequação for o ritmo histórico de redução da desigualdade nos países ricos que hoje contam com bons sistemas de bem-estar social. O desafio, no entanto, é manter o ritmo por outras duas ou três décadas.

Esse critério de adequação, no entanto, não é o único. Outra possibilidade é olhar para o futuro, e não para o passado.

4 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A julgar nosso progresso na redução do fosso social que separa ricos e pobres no Brasil com base no mesmo hiato de países elegíveis como modelos viáveis de civilização e equidade na distribuição de renda, o caminho a seguir é calcular o tempo para se alcançar cada um destes modelos. Esta abordagem difere da anterior, na medida em que não compara diretamente uma velocidade com outra, e sim uma velocidade com uma distância, obtendo um período de tempo como resultado. Isto requer como parâmetro de interpretação o período de tempo que seria razoável para se atingir um estado desejável de desigualdade. Para tanto, considera-se aqui que o tempo gasto pelos países desenvolvidos – entre duas e três décadas, conforme a seção anterior – seja um bom parâmetro.

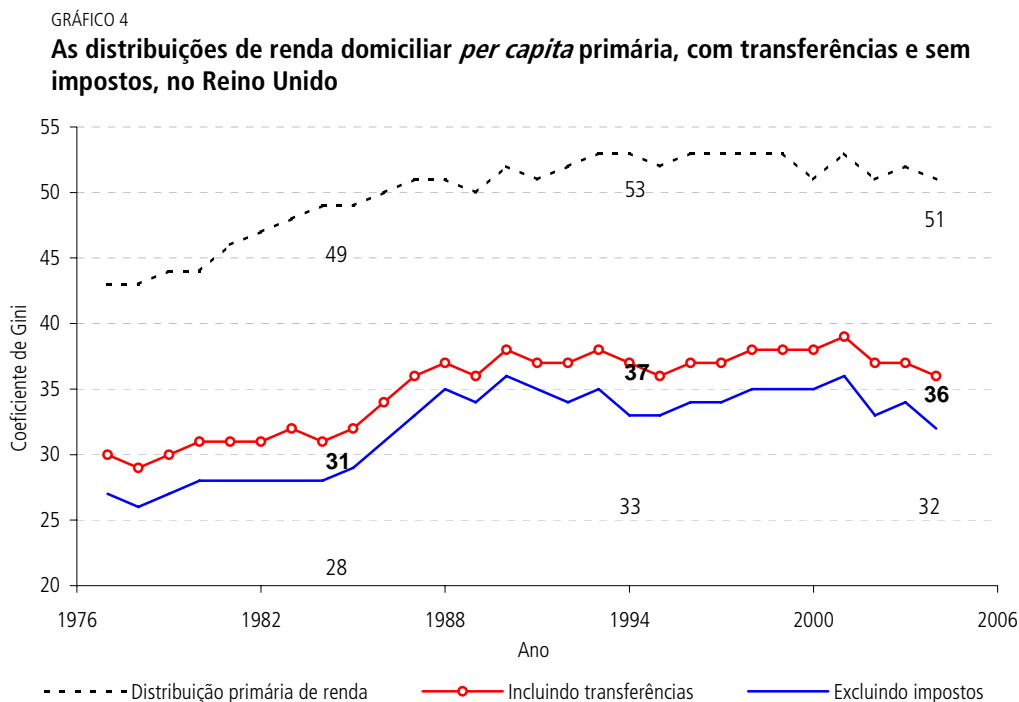
Ao contrário do caso das comparações históricas, que impõem sérias limitações de dados e forçam a utilização do que se dispõe, as análises contemporâneas permitem comparar quase a mesma distribuição de renda em cada país. A maior limitação se encontra nos instrumentos de coleta amostrais – cada pesquisa tem seu conjunto idiossincrático de perguntas que nunca são plenamente comparáveis. No entanto, é possível definir uma distribuição de renda e usá-la como parâmetro. Em outras palavras, não há mais a desculpa da limitação dos dados para comparar alhos com bugalhos.

Retomando a discussão iniciada na seção anterior, pode-se pensar em três distribuições de renda domiciliar *per capita*: *i*) a distribuição primária da renda, dada pela remuneração obtida por cada família no mercado de fatores – não há impostos nem transferências; *ii*) a distribuição de renda com transferências, que se refere à distribuição primária mais todas as transferências monetárias feitas pelo Estado em favor das famílias – mas exclui tanto o pagamento de impostos como o valor imputado de bens e serviços oferecidos diretamente pelo Estado; e *iii*) a distribuição de renda secundária completa, na qual o valor dos impostos é retirado da renda das famílias.

É claro que essa divisão é meramente contábil. Não é possível imaginar o funcionamento do sistema capitalista, e, portanto, a remuneração dos fatores de produção, na ausência do Estado.

As duas distribuições de renda que mais fazem sentido são a primária e a secundária completa. A distribuição de renda com transferências incorre em certa dupla contagem, uma vez que, supondo um Estado redistributivo, a renda das transferências já foi depositada na conta dos mais pobres, apesar de os mais ricos ainda não terem pago a conta.

Para se aquilatar a importância da escolha da distribuição nas comparações contemporâneas, considere-se novamente o caso do Reino Unido. O gráfico 4 mostra as três distribuições para o período de 1977 a 2004.



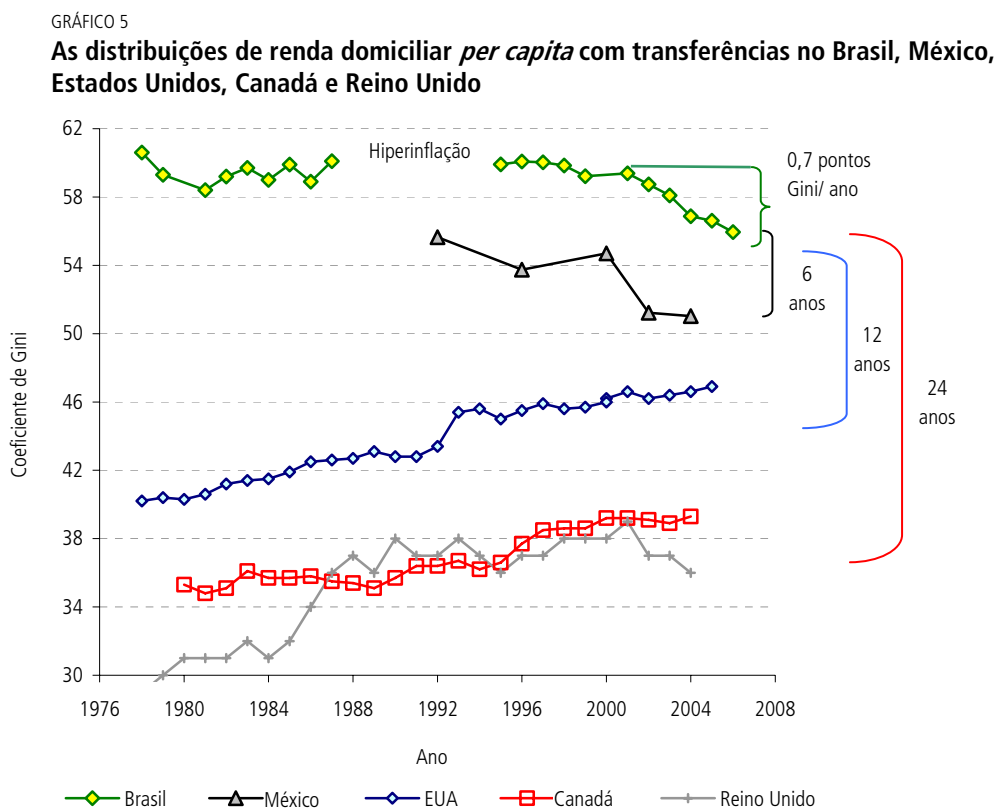
Fonte: Glennerster (2006).

O gráfico mostra com clareza impressionante o efeito redistributivo do Estado de Bem-Estar Social. O coeficiente de Gini da distribuição de renda primária no Reino Unido em 2004 era de 51, valor apenas cinco pontos inferior ao que se refere à mesma distribuição no Brasil. Após as transferências, no entanto, o coeficiente de Gini cai a 36, ou seja, 15 pontos. No Brasil, as transferências do Estado retiram em torno de 4,2 pontos de Gini. A retirada dos impostos diretos, por meio da POF, faz a desigualdade cair outros quatro pontos, conforme mostra Fernando Gaiger Silveira (2007). Infelizmente, não há como saber como estas diferenças evoluem no Brasil, uma vez que a Pnad não permite retirar os impostos diretos em função da ambigüidade na resposta aos questionários da pesquisa sobre a renda bruta ou a líquida, conforme apontado ao início da seção 2 deste volume. O que fica claro é que a ação do Estado reduz a desigualdade no Reino Unido em quase vinte pontos de Gini contra, no máximo, oito no Brasil.

O que temos disponível no Brasil é algo entre a distribuição de renda com transferências e a distribuição de renda secundária completa – mais próximo da primeira. A pergunta na Pnad se refere claramente à renda bruta – ou seja, sem retirar os impostos diretos e contribuições sobre o rendimento dos fatores. No entanto, vale reiterar, há indícios de que alguns indivíduos fornecem a renda líquida. A Pnad também contém as transferências monetárias do Estado e exclui o pagamento de alguns impostos diretos e taxas, como o IPTU ou o IPVA, além, é claro, de não incluir impostos indiretos. Em resumo, é provável que a distribuição de renda de fato medida pela Pnad esteja entre a distribuição de renda com transferências e a secundária

completa no gráfico 4, porém mais próxima da primeira, se a Pnad fosse aplicada em solo britânico. Portanto, a distribuição de renda eleita para comparações internacionais é a distribuição de renda primária acrescida de transferências do Estado.

O gráfico 5 mostra a evolução do coeficiente de Gini da distribuição de renda com transferências para o Brasil, México, Estados Unidos e Canadá. O Reino Unido é incluído para fins ilustrativos.



A evolução do coeficiente de Gini do Reino Unido foi incluída no gráfico apenas para fins ilustrativos, uma vez que se trata de um dos países mais desiguais da União Européia que, ademais, não é um bom modelo para o Brasil. Apesar de estarem entre aqueles com os menores coeficientes de Gini no mundo, os países continentais de União Européia não foram incluídos como parâmetros, uma vez que são inatingíveis em função de seu caráter unitário com populações homogêneas. É improvável que o Brasil possa chegar ao coeficiente de Gini do Reino da Dinamarca.

Entre os países supracitados, o México é aquele cujo coeficiente de Gini mais se aproxima do brasileiro. Trata-se, assim como o Brasil, de um país grande, latino-americano, com fortes divisões étnicas. Entretanto, devido à sua trajetória histórica – principalmente a promoção de uma forte reforma agrária no início do século passado –, desfruta de níveis de desigualdade abaixo dos níveis brasileiros e é, entre os países grandes da América Latina, um dos menos desiguais. Mantida a taxa de redução da desigualdade dos últimos cinco anos por outros seis, o Brasil chegará a níveis mexicanos de desigualdade.

O parâmetro seguinte são os Estados Unidos, que são, de longe, o país mais desigual entre os países que fazem parte da OCDE. Trata-se, assim como o Brasil, de um país grande, federativo, e com fortes divisões étnicas, mas também no qual a desigualdade não é considerada algo particularmente ruim e, se oriunda do mérito, até desejável. Mantido o Gini em queda de 0,7 ponto ao ano, o Brasil alcançará os níveis de desigualdade dos Estados Unidos hoje em 12 anos – ou seja, em 2018.⁵

Finalmente, o Canadá – outro país grande, federativo e com fortes divisões étnicas, mas que leva a sério a manutenção de um Estado de Bem-Estar Social – pode ser, na perspectiva deste autor, uma meta atingível para o Brasil. Mantido o ritmo dos últimos cinco anos, o Brasil chegará aos níveis de desigualdade do Canadá em 24 anos: no ano 2030.

5 CONCLUSÃO

Um país que se parece com o Canadá em termos de desigualdade não pode se parecer em nada com o Brasil de hoje. A continuar a redução de nosso coeficiente de Gini a 0,7 ponto ao ano pelos próximos 24 anos, não será possível ter grandes favelas coexistindo com condomínios de luxo, indivíduos à beira da fome no sertão do Cariri vivendo no mesmo país cujos céus são cruzados por executivos viajando na segunda maior frota de aviões particulares do mundo, nem um exército de empregados particulares passando as roupas, encerando os pisos e lavando os banheiros da classe média. Pensar que o presente ritmo de redução do coeficiente de Gini levará a este novo país em meros 24 anos mostra que podemos estar no início de uma revolução no nosso padrão civilizatório.

Em outras palavras, os que defendem ser cedo para soltar foguetes para comemorar a queda da desigualdade estão ao mesmo tempo certos e profundamente errados. Estão profundamente errados se se referem ao ritmo de redução da desigualdade no Brasil, que é, como visto, até alto para padrões históricos. Estão certos, no entanto, se se referem ao ainda pouco tempo durante o qual se experimenta este processo.

Na ausência de guerras ou revoluções, mudanças no padrão distributivo de uma sociedade não ocorrem da noite para o dia. É possível que o coeficiente de Gini tenha caído vinte pontos em dez anos em Cuba ou na Rússia após 1959 ou 1917. Não sabemos por que os dados não estão disponíveis.

O que se sabe é que em sociedades democráticas, vivendo sob o estado de direito, as mudanças são lentas. O que difere um país que consegue construir uma sociedade igualitária de outros que param na metade do caminho é mais o fôlego para a caminhada do que a velocidade da mesma.

Portanto, para atingir os níveis de igualdade do Canadá, o Brasil precisa se preparar para passar os próximos 24 anos estudando, inventando e implementando novas políticas cujo objetivo seja a redução do fosso social.

5. Anos contados a partir da data da última Pnad: 2006.

REFERÊNCIAS

BRASIL

- AZEVEDO, J. P. Avaliando a significância estatística da queda na desigualdade no Brasil. *In*: Paes de Barros, R.; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Eds). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. I, cap. 4, pp. 163-174.
- DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa. *In*: Paes de Barros, R. ; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Eds). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. I. cap. 9, pp. 299-330.
- DINIZ, B. P. C. *et al.* As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil. *In*: Fernando, G. S. *et al.* (Eds). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**, v. 2, cap. 1, pp. 17-74. **Econômica**, v. 8, n. 1. pp. 55-81, Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economica.htm>>.
- ECONÔMICA**, v. 8, n. 1. pp. 55-81, Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economica.htm>>.
- FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; LITCHFIELD, J. A. **The rise and fall of Brazilian inequality, 1981-2004** **The World Bank**. Washington, 2006 (Policy Research Working Paper Series, n. 3.867). Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>.
- FOGUEL, M. N.; AZEVEDO, J. P. **Uma decomposição da desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil: 1984-2005**. Rio de Janeiro, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.247). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.
- HOFFMANN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, v. 8, n.1. pp. 55-81, Junho 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economica.htm>>.
- IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2006 (Nota técnica, n. 9). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.
- NERI, M. **Desigualdade, estabilidade e bem-estar social**. EPGE/FGV, 2006 (Série Ensaios Economicos, n. 637). Disponível em: <<http://epge.fgv.br/portal/arquivo/2168.pdf>>.
- PAES DE BARROS, R.; CARVALHO, M. DE; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. Ipea: Rio de Janeiro, 2007 (Texto para Discussão, n. 1.258). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.
- PAES DE BARROS, R. *et al.* Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. **Econômica**, v. 8, n. 1. pp. 55-81, Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economica.htm>>.
- PAES DE BARROS, R.; CURY, S.; ULYSSEA, G. A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa usando Pnad, POF e Contas Nacionais, cap. 7. *In*: Paes de Barros, R.; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Eds). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. I, cap. 8, pp. 279-298.
- PAES DE BARROS, R.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década**. Rio de Janeiro, 2007 (Texto para Discussão, n. 1.304). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.

SALM, C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. *In*: Paes de Barros, R.; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (Eds). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. I, cap. 8, pp. 279-298.

SILVEIRA, F. G. **Tributação, previdência e assistência sociais: impactos distributivos**. Unicamp, 2007. Mimeografado.

SOARES, F. V. *et al.* **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.228). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.

SOARES, S.; OSÓRIO, R. G. **Desigualdade e bem-estar no Brasil na década da estabilidade**. Brasília, 2007. (Texto para Discussão, n. 1.270). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.

SOARES, S. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. *Econômica*, v. 8, n. 1, pp. 83-115, Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economia.htm>>

ULYSSEA, G. **Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos no Brasil: uma análise empírica**. Rio de Janeiro, 2007 (Texto para Discussão, n. 1.261). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.

WAJMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. *In*: Paes de Barros, R.; Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (eds). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente** – v. I. cap. 14, pp. 423-442, 2007.

OUTROS PAÍSES

ESPINA, Á. **Modernización y Estado de Bienestar en España**. Artigo apresentado no seminário: una nueva agenda de reformas para América latina y el Caribe. 2000. Disponível em: <<http://www.fundacioncarolina.es/NR/rdonlyres/B14E2819-97F4-420B-BF0C-FBD340BD0217/0/%C3%81lvaroEspinafinal.pdf>>.

GLENNERSTER, H. **Tibor Barna: the redistributive impact of taxes and social policies in the UK: 1937-2005**. Centre for Analysis of Social Exclusion Discussion Paper n. 115. 2006. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/cep/sticas/-115.html>>.

GUSTAFSSON, B.; JOHANSSON, M. Steps toward equality: how and why income inequality in urban Sweden changed during the period 1925-1958. *European Review of Economic History*, v. 7, pp. 191-211, 2003.

LINDERT, P. H. Three centuries of inequality in Britain and America. University of California, Davis Department of Economics Working Paper 97-9. 1997. Disponível em: <http://www.econ.ucdavis.edu/working_paper_info.cfm?pid=161>.

_____. Three centuries of inequality in Britain and America. *In*: Atkinson, A. B.; Bourguignon, F. (Eds.) **Handbook of income distribution**, v. I, 2000.

MORRISSON, C.; SNYDER, W. Les inégalités de revenus en France du début du XVIIIe siècle à 1985. *Revue économique*, v. 51, n. 1, pp. 119-154, 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/showPage.do?urn=reco_0035-2764_2000_num_51_1_410499>.

MORRISSON, C. Historical perspectives on Income distribution: the case of Europe. *In*: Atkinson, A. B.; Bourguignon, F. (Eds.) **Handbook of income distribution**, v. I, cap. 4, pp 217-260, 2000.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Revisão

Marco Aurélio Dias Pires

Ângela Pereira da Silva de Oliveira (estagiária)

Melina Karen Silva Torres (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Elidiane Bezerra Borges

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, 9º andar

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5090

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar – Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3515-8433

Fax: (21) 3515-8402

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar, sala 912

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5406

Correio eletrônico:

marco.aurelio@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares